



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

1.º dia – 18 de janeiro – Lisboa Espaço urbano – Questões cíveis

Objetivos: Identificar as virtualidades e modos de atuação dos instrumentos jurídicos civis face aos desafios apresentados contemporaneamente pelo espaço urbano.

Aprofundar o conhecimento do regime do arrendamento urbano para habitação e para fins não habitacionais, bem como do procedimento especial de despejo e estimar as respetivas perspetivas de evolução

Reunir informação acerca de novas questões em matéria de propriedade horizontal, em especial face ao incremento do turismo e às exigências de defesa do património urbano e outros interesses coletivos.

Examinar a atuação dos instrumentos do direito civil na resolução da conflitualidade no espaço urbano, designadamente no âmbito da tutela da personalidade humana.

Programa:

Tarde

14h00 Abertura

14h30 Conflitos no condomínio – questões da prática judiciária

António Abrantes Geraldes, Juiz Conselheiro - Supremo Tribunal de Justiça

15h15 Edifícios de interesse histórico

Sandra Passinhas, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Debate

Pausa

16h30 Procedimento especial de despejo

Regina Santos Pereira, Advogada – SRS Advogados, Formadora no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

Debate

Moderação: Júlio de Pina Martins, Procurador Geral-Adjunto, Coordenador da Comarca de Setúbal

1 / 4



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

2.º dia – 25 de janeiro – Lisboa

Novas controvérsias em matéria de custas

Objetivos: Consolidar conhecimentos técnicos sobre o regime jurídico das custas processuais, numa perspetiva de especialização avançada.
Atualizar abordagens face aos novos desafios colocados por esse regime jurídico, integrando a mais recente jurisprudência constitucional sobre a matéria.

Programa:

Manhã

09h30 Abertura

09h45 *As custas de parte – uma análise global*

Salvador da Costa, Juiz Conselheiro Jubilado – Supremo Tribunal de Justiça

11h00 *Custas nos processos especiais*

Joana Cruz, Juíza de Direito – Juízo Local Cível de Caldas da Rainha

Sofia Bento, Procuradora da República – Juízo Central e Local Cível de Loures

Pausa

Debate

Moderação: **Laurinda Gemas**, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa

12h30 *Pausa para almoço*

Tarde

14h30 *O regime das custas face à Constituição da República Portuguesa – A jurisprudência do Tribunal Constitucional*

João Miguel Cabral, Juiz de Direito – Assessor do Tribunal Constitucional

15h15 *Execução por custas – algumas questões*

Virginio da Costa Ribeiro, Juiz de Direito – Juízo de Execução do Porto

Teresa Noronha, Procuradora da República – Juízo de Execução de Almada

José Póvoas, Formador Coordenador, Centro de Formação da Direção Geral da Administração da Justiça

Debate

Moderação: **Paulo Morgado Carvalho**, Procurador da República, Coordenador da Comarca de Lisboa



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

3.º dia – 15 de março de 2019 – Porto

Espaço urbano – Questões cíveis

Objetivos: Identificar as virtualidades e modos de atuação dos instrumentos jurídicos civis face aos desafios apresentados contemporaneamente pelo espaço urbano.

Aprofundar o conhecimento do regime do arrendamento urbano para habitação e para fins não habitacionais, bem como do procedimento especial de despejo e estimar as respetivas perspetivas de evolução.

Reunir informação acerca de novas questões em matéria de propriedade horizontal, em especial face ao incremento do turismo e às exigências de defesa do património urbano e outros interesses coletivos.

Examinar a atuação dos instrumentos do direito civil na resolução da conflitualidade no espaço urbano, designadamente no âmbito da tutela da personalidade humana.

Programa:

Manhã

09h30 *Abertura*

09h45 *O arrendatário de prédio urbano para habitação – poderes e deveres*

Fernando Gravato Morais, Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho

10h30 *Alojamento local e propriedade horizontal*

Aristides Almeida, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto

Pausa

11h30 *Prédios urbanos – expropriação, benfeitorias e acessão industrial*

José Alberto Vieira, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Debate

Moderação: **Domingos Sá**, Procurador-Geral Adjunto, Tribunal da Relação do Porto

Tarde

14h30 *Arrendamentos para fins não habitacionais – questões atuais*

Maria Olinda Garcia, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Juíza Conselheira – Supremo Tribunal de Justiça

15h15 *Abordagem cautelar cível de conflitos no espaço urbano – o papel do Ministério Público*

João Alves, Procurador da República – Juízos Centrais Cíveis de Almada – Coordenador do Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos da Procuradoria Geral da República

Debate

Moderação: **Cecília Agante**, Juíza Desembargadora no Tribunal da Relação do Porto



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

4.º dia – 22 de março – Porto

Questões da prática judiciária no âmbito das AECOP's, Injunções e PED

Objetivos: Consolidar conhecimentos sobre o regime jurídico das formas simplificadas de obtenção de títulos executivos e do processo executivo subsequente.
Atualizar abordagens face aos novos desafios colocados por esse regime jurídico, integrando a mais recente jurisprudência constitucional e os instrumentos do Direito da União Europeia.

Programa:

Manhã

09h45 Abertura

10h00 *Formas simplificadas de obtenção de títulos executivos – uma avaliação*

Marco Carvalho Gonçalves, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho

10h45 *AECOP's (incluindo as iniciadas como requerimento de injunção): questões da prática judiciária e a visão do Tribunal Constitucional*

Carlos Querido, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto

João Pedro Baptista, Juiz de Direito, Membro da Associação dos Assessores do Tribunal Constitucional (AATRIC)

Debate

Moderação: José Igreja de Matos, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto

Pausa para almoço

Tarde

14h30 *Execução de instrumentos autênticos estrangeiros em Portugal – o regime do Regulamento Bruxelas I*

Paula Pott, Juíza Desembargadora, Ponto de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

15h15 *A execução fundada em injunção à qual foi aposta fórmula executória – questões da prática judiciária*

Luís Baptista Carvalho, Juiz de Direito, Juízo de Execução do Tribunal da Comarca da Grande-Lisboa Noroeste

Debate

Moderação: Aida Aranha, Procuradora da República